

ENTRE O "CANCELAMENTO" E A RESPONSABILIZAÇÃO: os sentidos em disputa sobre racismo no recolhimento do livro "Abecê da liberdade"¹

BETWEEN CANCEL CULTURE AND ACCOUNTABILITY: disputed meanings about racism in the suspension of the book "Abecê da Liberdade"

Deize Ferreira Paiva Lopes²

Resumo: A partir da publicação da Companhia das Letras no Instagram sobre o recolhimento do livro infantil "Abecê da Liberdade", de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, discutimos os sentidos em disputa sobre as questões raciais. Se, por um lado, o recolhimento ocorre sob a justificativa da editora de um "compromisso com a pauta antirracista", por outro as reações dos 475 comentários não se limitam a ela. Contando que as plataformas digitais podem favorecer o surgimento de manifestações coletivas ao mesmo tempo em que podem aprofundar as desigualdades, partimos do contexto histórico de raça do Brasil e das lutas por reconhecimento (HONNETH, 2009) empregadas em outros momentos para escrutinar a questão por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Como resultado, discutimos as distinções entre os principais termos usados, a saber, racismo e erro; além de analisar as diferentes alegações, como a responsabilização da editora e as críticas à suspensão da obra.

Palavras-Chave: Plataformas digitais. Racismo. Internet.

Abstract: We discuss the disputed meanings on racial issues from the publication of Companhia das Letras on Instagram about the suspension of the children's book "Abecê da Liberdade", by José Roberto Torero and Marcus Aurelius Pimenta. If, on the one hand, the episode takes place under the publisher's justification of a "commitment to the anti-racist agenda", in the other hand, the reactions of the 475 comments are not limited to it. Considering that digital platforms can facilitate collective manifestations at the same time that they can deepen inequalities, we present the historical context of race in Brazil and the struggles for recognition (HONNETH, 2009) employed at other times to scrutinize the issue through of content analysis (BARDIN, 2011). As a result, we discuss the distinctions between the main terms used, namely, racism and error; in addition to analyzing the different claims, such as the accountability of the publisher and the criticism of the suspension of the book.

Keywords: Digital platforms. Racism. Internet.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT Mídia, Gênero e Raça da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG).

Introdução

No dia 21 de setembro de 2021, o selo infantil da Companhia das Letras anunciou publicamente a retirada de circulação do livro *Abecê da Liberdade*, dos autores José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta. O enredo da obra se propõe a ilustrar, para crianças, a trajetória de Luís Gama, advogado e abolicionista brasileiro. Publicada originalmente em 2015, o conteúdo passa pela reimpressão do selo em 2021, apresentando uma série de passagens controversas, como uma cena de crianças negras brincando no porão de um navio negreiro:

A viagem pelo mar foi tranquila. (...) Eu, a Getulinha e as outras crianças estávamos tristes no começo, mas depois fomos conversando, daí passamos a brincar de pega-pega, esconde-esconde, escravos de Jó (o que é bem engraçado, porque nós éramos escravos de verdade), e até pulamos corda, ou melhor, corrente.

TORERO; PIMENTA, 2021, p. 27.³

A suspensão do livro ocorreu após uma série de críticas publicadas nas redes sociais à abordagem romantizada e irônica do período escravocrata em um produto cultural destinado a crianças. A resposta da Companhia das Letras, também por meio das plataformas digitais, foi uma nota em que afirma que o livro “apresenta erros e problemas”⁴. Na publicação, a organização considera as críticas corretas e oportunas, motivo pelo qual se posiciona pelo recolhimento imediato do livro e sua retirada do mercado.

Apesar de reservar peculiaridades próprias, o contexto da suspensão de uma obra infantil após denúncia de racismo remonta outros casos, como *Caçadas de Pedrinho* (1933) e *Peppa* (2009). No primeiro caso, a obra de Monteiro Lobato (1882-1948) foi denunciada, em 2010, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em razão dos estereótipos racistas atribuídos à personagem Tia Nastácia. Já no segundo episódio as críticas ao livro da escritora paulista Silvana Rando tiveram início com um vídeo publicado no Youtube por Ana Paula Xongani, que, àquela altura, criticava a história – sobre uma menina com cabelos difíceis, de

³ Livro *Abecê da liberdade: A história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras* (2021).

⁴ Publicação feita no Instagram. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CT7KlffNulb>>. Acesso em 23 fev. 2023.

“fios de aço”, que atravessa o enredo em busca do alisamento, ilustrado por cabelos louros e sedosos. Na suspensão do livro *Peppa* as críticas encontraram nas plataformas digitais a função de multiplicar e fortalecer suas reivindicações (LOPES, 2021).

Para Feres Júnior et al. (2013), a linguagem é dinâmica e motivo de disputa em sociedades democráticas e multiculturais, e, prova disso, seria o banimento progressivo de termos discriminatórios ou estereótipos. Os autores resgatam teóricos que discutem o conceito de reconhecimento para argumentar que a produção de sentidos é a chave para o “processo histórico de desenvolvimento moral, que é ao mesmo tempo individual e coletivo” (idem, p. 87). Entre os teóricos mobilizados está o filósofo alemão Axel Honneth que atribui ao conflito o papel de mover as lutas sociais. Para Honneth (2009), a percepção da injustiça das pessoas desrespeitadas e feridas na “compreensão positiva de si mesmas” (HONNETH, 2009, p. 213) pode servir de mola propulsora para reivindicar reconhecimento.

Acionado em estudos sobre movimentos sociais, apesar de não integrar o leque de autores que versam sobre o tema, Honneth (2009) vincula a dimensão individual à dimensão social com o conceito de lutas por reconhecimento. Para o autor, as interações sociais devem ser consideradas na construção da identidade e na autorrealização das pessoas. A noção de construção social da linguagem é também cara para os estudiosos do campo da comunicação. De acordo com o modelo praxiológico da comunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2018), o processo comunicativo é dialógico e se estabelece relacionalmente, marcado pela dimensão social e histórica que compartilhamos como sociedade.

Nesse sentido, as definições acerca de determinados termos estão em permanente negociação. No Brasil, um deles é o conceito de racismo, o país já tido como exemplo de “democracia racial” (GONZALEZ, 1984; FIGUEIREDO, 2010; ALMEIDA, 2019). Neste estudo o termo é compreendido socialmente como uma opressão historicamente estabelecida que privilegia pessoas brancas em relação às pessoas não brancas, e, mais ainda, que conforma a visão e as interações sociais entre os sujeitos (GUIMARÃES-SILVA, 2020), sendo remodelada e atualizada, inclusive nas novas tecnologias (SILVA, 2020).

De todo modo, menos do que apontar eventuais abordagens racistas existentes na obra infantil ou o mérito do seu recolhimento, buscamos discutir aqui de que maneira a repercussão do recolhimento da obra promoveu dinâmicas de disputas de linguagem. Para isso, buscamos apreender a partir dos 475 comentários públicos no Instagram, da mencionada nota oficial da Companhia das Letras, de que forma esse episódio mobilizou pessoas em torno da discussão sobre racismo e questões afins. A partir da análise de como os sentidos mobilizados pelo recolhimento do livro dão a ver a conformação das relações raciais e de que modo os sentidos do termo racismo estão em negociação, nosso objetivo é responder a pergunta: *Quais os sentidos em disputa sobre a suspensão do livro Abecê da Liberdade a partir da repercussão do post da Companhia das Letras no Instagram?*

Para responder esta pergunta, realizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos comentários. Por meio desse método foi possível chegar a alguns achados: a aparição frequente do termo “erro” para abordar o tema, uma tendência de comentários favoráveis ao posicionamento da editora no fórum investigado e a reivindicação de mudanças nos processos internos de publicação de livros da editora. A seguir exploramos a noção de raça lida a partir do contexto brasileiro, de autores que jogam luz sobre as discussões de desigualdades raciais e em relação ao conceito de lutas por reconhecimento. Na sequência discutimos o papel ambivalente desempenhado pelas plataformas digitais. A seção seguinte descreve a metodologia adotada, bem como o livro de códigos desenvolvido e os resultados alcançados. Por fim, apresentamos nossas conclusões, as contribuições para o campo da comunicação, bem como as limitações do presente estudo de caso.

1. Raça, contexto brasileiro e reconhecimento

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) apresenta o conceito de racismo como um sistema opressor global, que mais do que discriminar, estabelece hierarquias e desumaniza as pessoas não brancas. Silvio Almeida (2019), autor brasileiro, vai ao encontro dessa perspectiva e conceitua o racismo como um fenômeno que estrutura os aspectos econômicos e políticos da sociedade, não um

elemento patológico e meramente individual. A raça, então, é um conceito político na medida em que dispõe sobre relações de poder construídas social e historicamente.

A compreensão de raça no Brasil é marcada pelo domínio de dois pensamentos que se sucederam durante e após o período escravocrata, porém, que ainda nos ajudam a compreender a configuração contemporânea das hierarquias raciais, termo usado por Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2010). O primeiro deles foi o racismo científico, um dos pilares do processo de escravização e subjugação das pessoas negras, inspirado em teorias eugenistas, que reforçavam o lugar subalterno que pessoas não brancas deveriam supostamente ocupar. Essa ideologia conferia à miscigenação da população a função de injetar características nocivas na sociedade (MENDONÇA; PORTO, 2017, p. 153).

A segunda perspectiva, que sucede as bases do racismo científico, encontra na mistura das famílias e das “raças” brasileiras um fator de singularidade e exaltação do povo brasileiro. Um dos marcos é a publicação *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que exalta a mistura entre os povos como orgulho nacional. Embora esse marco tenha substituído parte do pensamento eugenista anterior (MENDONÇA; PORTO, 2017), algumas críticas foram e são feitas ainda hoje a essa perspectiva. Tais como a invisibilização da violência física e cultural contra pessoas negras e indígenas e o apagamento das tensões, que resultou em um mito da “democracia racial” vivida no Brasil. O fato de a segregação racial não ter ocorrido de formas institucionalizada ainda mais explícita, como ocorreu na África do Sul ou nos Estados Unidos, tem sido instrumentalizado para dificultar o reconhecimento das pessoas negras, segundo Figueiredo (2015).

Atualmente a prática de discriminação em razão da cor de pele é considerada crime no Brasil. A Lei do Racismo, criada apenas depois da Constituição Federal de 1988, tipifica a prática como crime inafiançável e imprescritível. Por outro lado, vale ressaltar que a prática de capoeira – expressão afro-brasileira – permaneceu criminalizada até 1937 no país. Há registro, porém, da dificuldade de definir o racismo nos textos legais, ou mesmo diferir essa prática da injúria racial, por exemplo (MOREIRA, 2019, p. 23). Em 11 de janeiro de 2023, após sanção presidencial, o texto da lei foi alterado para que juízes considerem práticas

discriminatórias ações que causem “constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida⁵”.

Apesar de localizar a discussão racial em suas raízes do período escravocrata, não é razoável deixar de apresentar a função dos coletivos e das lutas desses grupos por reconhecimento, seja por meio do Movimento Negro Unificado, Teatro Experimental do Negro, por Abdias do Nascimento, dentre outras iniciativas (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Essas expressões têm insistido, através do tempo, em jogar luz sobre as hierarquias raciais no país e na manutenção de vieses sobre o que é visto como belo ou feio, rico ou pobre, privilegiado ou desfavorecido a partir das relações raciais, para além de discriminações óbvias.

Nesse sentido, o conceito de luta por reconhecimento de Axel Honneth (2009) nos fornece bases teóricas para compreender a dinâmica de reivindicações em favor da equidade, dignidade e contra injustiças. As lutas por reconhecimento, segundo o filósofo, prescindem de dois movimentos. Um deles é o objetivo de ampliar as relações de respeito em determinada sociedade, nesse caso por representações positivas das pessoas negras. O segundo é a constatação da opressão por aqueles que sofrem o desrespeito, por meio da construção de uma semântica compartilhada e nomeação do desrespeito. Este estudo se filia, assim, à esteira de estudos que partem da construção teórica de Honneth para analisar as lutas por reconhecimento nas plataformas da Internet⁶. Justificamos que as disputas sobre o termo em episódios relacionados aos produtos culturais, a exemplo da suspensão da obra *Abecê da Liberdade*, são relevantes para a compreensão da linguagem como chave de leitura e de mudança das circunstâncias sociais. Se por um lado o recolhimento ocorre sob a justificativa da editora de um “compromisso com a pauta antirracista”, as reações não se limitam a esse argumento.

2. O papel ambivalente das plataformas digitais

5 Lei 7.716 de 1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

6 Ver mais em: i) MAIA, Rousiley Celi Moreira. Mídia e Lutas por Reconhecimento. São Paulo: Paulus, 2018. ii) GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na internet. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2008.

A tecnologia tem sido uma das agentes para a reverberação de críticas, no caso da suspensão dos livros infantis brasileiros *Abecê da Liberdade* (2021) e *Peppa* (2009). As plataformas digitais podem favorecer o surgimento de manifestações coletivas em razão do baixo custo da circulação de informações e do potencial de reunião em função de um tema.

Não podemos desconsiderar, porém, a posição das grandes corporações, empresas bilionárias por trás das plataformas digitais, que possuem o objetivo de ser lucrar e monetizar esses espaços. Como o corpus analisado é extraído de uma rede social, reconhecemos a limitação do formato dessa plataforma, além de compreender que um modelo de negócio próprio, com determinada valoração do que é publicado (VIMIEIRO; BARGAS, 2019), do que deve ser mais compartilhado, dentre outras pré-definições. Dito de outro modo, as relações de poder também se configuram nas novas tecnologias já que as plataformas operam com base em algoritmos constantemente atualizados.

Vale reforçar ainda que a distribuição material no Brasil é desigual. Os órgãos vinculados ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) têm concentrado esforços na construção de uma governança multissetorial da Internet, com preocupações sociais, éticas e técnicas que atravessam o tema. Porém, hoje a população faz diferentes usos desse meio de comunicação. De acordo com a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - TIC Domicílios 2021⁷, a média de lares brasileiros com Internet era de 82% naquele ano. Quando os dados são estratificados por classe social, a classe A alcança 100% enquanto a taxa é de apenas 61% entre as classes DE. Se os recursos de acesso são diferentes, os modos e condições de acesso também são. Portanto, ao analisar os comentários de uma publicação específica em um perfil do Instagram, partimos do pressuposto de que apenas uma parcela da opinião pública está presente e se engaja nesse espaço.

⁷ CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Disponível em < <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2021/domicilios/A4/>>. Acesso em 14 mar. 2023.

Ainda assim mantivemos essa escolha por compreender que as plataformas digitais podem se configurar como espaços propícios para observarmos essas dinâmicas de linguagem, relacionadas a este tema específico, já que possibilitam a investigação de diferentes posicionamentos e perfis a partir de um mesmo estímulo. Já que as complexidades das relações sociais e da manutenção de preconceitos e discriminações também residem nessas esferas. Ronaldo Araújo e Jobson Júnior (2020) defendem que a opressão não é diluída no ambiente digital, mas que as práticas discriminatórias se reinventam nesses ambientes, promovendo novas formas de silenciamento, negação de direitos ou acessos. Vários autores têm reforçado que os espaços tecnológicos não configuram espaços democráticos por si só (SAMPAIO; BARROS, 2011), ao mesmo tempo em que podem aprofundar as desigualdades (SILVA, 2020). As plataformas digitais e os espaços abertos a comentários podem, portanto, favorecer a incivilidade, a intolerância, as ofensas (ROSSINI, 2017), tudo isso com a possibilidade do anonimato.

3. Escolhas metodológicas

Neste estudo optamos pela análise de conteúdo para responder a pergunta: *Quais os sentidos em disputa sobre a suspensão do livro Abecê da Liberdade a partir da repercussão do post da Companhia das Letras no Instagram?* Para isso, analisamos a publicação da Companhia das Letras, principal perfil do grupo⁸, que contém o posicionamento da marca e o anúncio de recolhimento da edição da obra infantil a partir das limitações sinalizadas na seção anterior.

Diante da impossibilidade de sistematizar manualmente as centenas de comentários da publicação, o método de coleta escolhido foi a plataforma Export Comments, que possui a funcionalidade de exportar os comentários de publicações em redes sociais, como Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, Discord e outras. O

⁸ A Companhia das Letrinhas possui um perfil próprio e também publicou uma nota de posicionamento na época, mas para um número menor de seguidores. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CT7HTIotdEE/>>. Acesso em 7 mar. 2023.

arquivo gerado pela ferramenta⁹ é uma planilha com a organização das seguintes informações: data e horário da publicação do comentário, autor(a), se o comentário responde à publicação ou replica outro, conteúdo do texto e número de curtidas. Se no post do Instagram da Companhia das Letras o número de comentários informado se aproximava dos 630, a ferramenta de coleta, por sua vez, sistematizou 475 deles. O site do Export Comments alerta que apenas os comentários públicos e de contas ativas podem ser baixados, além de remover possíveis comentários spam. Vale ressaltar que a publicação do conteúdo é de setembro de 2021, ou seja, 18 meses anteriores ao dia da coleta, em 2 de março de 2023. Assim, o corpus da análise compreendeu os 475 comentários obtidos por meio da ferramenta.

Já a metodologia adotada foi a análise de conteúdo, que segundo Laurence Bardin (2011) possibilita a sistematização de conteúdo de mensagens de forma quantificável em quatro estágios distribuídos em organizar, codificar, categorizar e fazer a inferência do material. Bardin (2011) defende a “leitura flutuante” como primeiro contato dos dados, etapa que provê o pesquisador de percepção primária das mensagens existentes e possibilidades de interpretação para o livro de códigos. A partir dessa primeira leitura, propomos a seguinte ordem de codificação:

Livro de códigos

1) *Pertinência do comentário: i) Sim ou ii) Não*

Explicação: Definir se o comentário faz parte dos temas discutidos a partir da publicação ou se passa por temas que fogem do tópico. São impertinentes, ainda, os comentários que possuem apenas marcações de perfis ou apenas emojis.

2) *Menção explícita a racismo, preconceito ou antirracismo: i) Sim ou ii) Não*

Explicação: Identificar quais comentários citam explicitamente as palavras racismo, preconceito, antirracismo e variações (exemplo: racista).

3) *Menção à experiência individual: i) Sim ou ii) Não*

⁹ A plataforma exporta comentários de determinada publicação em uma planilha de Excel. O limite gratuito é de 100 comentários por publicação. Disponível em: <<https://exportcomments.com>>. Acesso em 2 mar. 2023.

Explicação: Identificar quando o autor ou autora do comentário se inclui no conteúdo por meio de verbos em que se coloca 1ª pessoa do singular ou do plural (exemplo: sou/somos).

4) *Menção explícita à palavra “erro”: i) Sim ou ii) Não*

Explicação: Identificar quais comentários citam explicitamente a palavra erro, suas variações e sinônimos (exemplos: erros, equívoco, falha).

5) *Contém ataques? i) Sim ou ii) Não*

Explicação: Identificar se o teor do comentário possui ofensa em direção a alguma pessoa ou à editora.

6) *Concorda explicitamente com o posicionamento da editora? i) Sim ou ii) Não*

Explicação: Posicionamento do(a) autor(a) do comentário apresenta concordância com a ação de suspender a obra e assumir que houve um problema publicamente.

A partir das considerações éticas no estudo de comentários das redes sociais apresentadas na tese de Patrícia Rossini (2017), nos filiamos à sua perspectiva de expor minimamente os autores e autoras dos comentários coletados por meio de três principais medidas: não apresentar nomes nem apelidos dos internautas, não reproduzir o comentário na íntegra para dificultar a identificação na publicação e não investigar o perfil pessoal ou outra informação do usuário que extrapole o conteúdo do comentário.

A próxima seção apresenta os resultados alcançados, tanto os dados quantitativos gerados quanto insumos para nossa análise qualitativa. Para tal expomos os dados gerais e eixos de relação entre os comentários que possibilitou criar relações e identificar aparições regulares, das quais algumas não estavam previstas em nossos códigos.

4. Análise

Nossa análise compreendeu comentários de texto acompanhados de outros elementos, como pontuações e emojis. Comentários que continham apenas marcações de outros perfis ou apenas emojis foram considerados como

impertinentes. Assim, rejeitamos 20% dos 475 comentários, o que correspondeu a 95 deles. Portanto, o número total de comentários analisados a partir do livro de códigos foi igual a 380.

Nesse corpus, os dados gerais alcançados demonstram que apenas 15,8% (60) dos comentários mencionam racismo ou desigualdades raciais contra 84,2% (320). Enquanto a palavra “erro” e suas derivações aparecem em 20,8% (79). Na publicação, 63,4% (241) do total de comentários concorda explicitamente com o anúncio de suspensão do livro pela editora e o pedido de desculpas, enquanto 36,6% (139) não explicita seu posicionamento ou discorda da publicação. Já o percentual de comentários com ataques explícitos foi de 5,8% (22). O total de comentários que explicitam experiência pessoal e se colocam em 1ª pessoa do singular e do plural foi de apenas 2,6% (10).

Ao buscar complexificar a análise e fazer relação entre os códigos, optamos por analisar os seguintes eixos: a) relação entre menção ao racismo e erro; b) posicionamentos explicitamente a favor ou em discordância da editora; c) a frequência de ataques nos comentários e o uso da 1ª pessoa no posicionamento do(a) autor(a) do comentário.

4.1 Racismo ou erro

Identificamos já na etapa de “leitura flutuante” dos comentários, a presença frequente do termo “erro” e suas variações para abordar o recolhimento do livro *Abecê da Liberdade* na publicação investigada. No corpus analisado, como mencionado acima, o termo racismo e suas variações aparecem com menos frequência do que a palavra erro. A opção das palavras carregou uma distinção importante, uma vez que 68,3% (41) dos comentários que contém “racismo” não continham o termo “erro”, enquanto 76% (60) dos comentários com a palavra erro não relacionaram a situação ao tema racial. Ou seja, na maior parte dos comentários, os autores de comentário optaram por apenas um desses termos.

Embora não faça parte do escopo analisado, vale ressaltar, contudo, que o próprio post da Cia. das Letras não menciona “racismo”, apenas “pauta antirracista” e “atitude antirracista”. Enquanto a palavra erro e suas derivações aparecem seis

vezes¹⁰ na legenda do post analisado e nas imagens. A partir dos comentários examinados não é possível afirmar que existe impacto direto entre a legenda e o uso dos termos pelos autores(as) de comentário da postagem, uma vez que nossos esforços analíticos não foram nesse sentido. Porém, podemos indicar que nesse contexto de comunicação – um post no perfil da Companhia das Letras, em uma nota de posicionamento, com o uso de palavras avaliado como adequado pela marca – existe um direcionamento narrativo para os comentários que se desencadeiam a partir dessa publicação. Afinal, erros graves podem ser corrigidos, porém crimes, como o racismo é, relegariam a questão a outras esferas.

É possível citar alguns exemplos de comentário que citam racismo:

- A) *Parabéns pelo reposicionamento! Infelizmente vivemos em país onde o racismo é ensinado (...) e até aplaudido.*
- B) *Como passou despercebido esse conteúdo racista?*

Há também exemplos de comentário que mencionam erro, são:

- C) *O importante é (...) estar disposto a corrigir os erros, assim evoluímos.
Parabéns*
- D) *Por mais pessoas e instituições com a coragem de reconhecer erros*

Por outro lado, a menção, no mesmo comentário, dos termos “racismo”, “erro” e as variações de ambas também ocorreu em 5% (19) dos comentários. Porém, é possível observar posicionamentos mais críticos, que, embora mantenham a abordagem do episódio de suspensão do livro como erro, não deixam de estabelecer relação com a questão racial.

- E) *Querem melhorar? Não repitam o erro (...) O antirracismo de vocês não pode ser apenas pra vender livro (...)*
- F) *Não é erro, é racismo e vocês sabem disso! (...)*

¹⁰ Na ordem de aparição: “erramos”, “falha”, “erros”, “erro grave”, “erros” e “erro grave”.

Apesar da distinção encontrada entre os comentários que mencionam apenas erro, apenas racismo ou ambos os termos, a maioria desses comentários foi favorável ao posicionamento da editora, cujo percentual de comentários favoráveis foi de 93,3% (56) comentários daqueles que mencionaram racismo e 91,2% (72) daqueles que mencionaram erro.

4.2 Posicionamentos a favor ou contra a editora

Na publicação analisada a quantidade de comentários que concorda explicitamente com o posicionamento da editora alcançou 63,4% (241) contra 36,6% (139) discordantes ou neutros. Isto é, a maioria dos comentários nesse fórum específico ratifica o posicionamento da editora que declara uma falha e decide pelo recolhimento do livro.

Ao analisar os comentários explicitamente a favor do posicionamento da Companhia das Letras pela suspensão do livro identificamos dois principais posicionamentos. O primeiro é o tom elogioso com que a atribuição do "erro" foi recebido.

- G) *Esta atitude de vocês foi uma das mais bonitas (...) quando uma editora da importância desta faria um "Erramos" tão importante!*
- H) *Fiquei extremamente decepcionada (...) Mas é isso. Que a partir de agora fiquem atentos*

Um segundo grupo de posicionamento questiona o envolvimento de pessoas negras no processo e políticas para evitar a romantização do período escravocrata e abordagens que não condizem com esse período histórico. Nesse sentido, apesar da concordância, os comentários do segundo grupo não deixaram de ser críticos já que indagam os processos internos da organização, responsabilizando a editora pela situação.

- I) *Acho que a pauta antirracista deva ser ampliada na empresa. Me pergunto a quantidade de profissionais negros e se esses estão em cargos de chefia (...)*
- J) *Não seria importante publicar livros infantis escritos por escritoras e escritores negros também? (...) Apenas recolher o livro é silenciar diante da questão*

colocada.

Temos duas abordagens que reforçam, mais uma vez, a distinção entre os termos “erro” e “racismo” que fizemos na seção anterior. Enquanto um grupo identifica a situação do livro *Abecê da liberdade* como um erro que foi prontamente corrigido e deve ser exaltado, o segundo posicionamento volta a racializar o episódio e questionar, inclusive, a presença de pessoas negras dentro da própria editora, o critério de escolha dos autores, os processos internos de revisão de conteúdo, dentre outros aspectos.

Neste código optou-se por identificar apenas posicionamentos explícitos de concordância ou não. O grupo englobou tanto aqueles que discordaram da editora, quanto àqueles comentários que se mantiveram neutros. Os motivos elencados são diversos. Alguns posicionamentos julgaram a suspensão como exagerada, outros apontaram para o “cancelamento”. Temos, com isso, posicionamentos que discordaram explicitamente da editora, como os exemplos K e L abaixo, e aqueles que não explicitaram seu lado, como o exemplo M abaixo:

K) Ainda bem que temos editoras que ainda estão livres do câncer da lacração

L) Eu vivi pra ver uma editora renomada se ajoelhar e levar “chibatadas” de brancos e pretos opressores

M) Eu aceito receber esse livro gratuitamente para ler

É curioso notar a utilização do termo “chibatada”. Isso porque mesmo sem explicitar o termo racismo, as desigualdades raciais ou opressão, a palavra remonta ao período escravocrata, com uma pretensa inversão: alçando as pessoas que criticaram a abordagem do livro infantil ao papel de algoz e de opressão.

Ao analisar o uso específico da palavra cancelamento e suas variações, identificamos sua aparição em quatro comentários do corpus. Todos os usos discordam do posicionamento da editora e três deles de forma irônica.

N) Povo cancelando a cia das letras em 3, 2, 1...

O) imagina se a patrulha dos canceladores digitais descobre um livro que nem o bíblia

P) deixem de serem bestas de ficar pedindo desculpas (...) o pessoal tá muito sem noção e vcs caíram no papo do cancelamento

Q) vão tirar um livro do mercado por que a internet cancelou ?

O cancelamento ou cultura do cancelamento é uma expressão contemporânea e vinculada à cultura digital. Luana Inocêncio e Davi Rebouças (2021, p. 785) compreendem como “boicotes e rechaços à imagem” de alguma pessoa conhecida por meio de conteúdos humorados, debochados ou irônicos nas redes sociais por espectadores gerais, ativistas, fãs ou *haters*. A expressão é usada recentemente para expor uma pessoa de forma pública por comportamentos “intolerantes ou inaceitáveis moralmente”, como homofobia, xenofobia e racismo, por exemplo (ibid. p. 787). Para os autores, esse ciclo é retroalimentado pela superexposição da vida das pessoas em seus perfis, eventual frustração dos seguidores ou ativistas com alguma atitude e, posteriormente, julgamento. Embora tenha nascido nas plataformas digitais, o “cancelamento”, segundo os autores, pode alcançar outras esferas, como as marcas vinculadas a essas pessoas conhecidas que são “canceladas”.

Domingues e Hascemberg (2021), por sua vez, vinculam a cultura do cancelamento ao consumo de ativismo, especialmente nas plataformas como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter. Aqui, consumo de ativismo significa as exigências cada vez maiores que são demandadas – em termos de produtos, serviços, ações e posicionamentos – por potenciais clientes de marcas e empresas.

Já para Cristiano Rodrigues (2020) a cultura do cancelamento é resultado de disputas que ocorriam em outros espaços e em outro nível hierárquico. Em uma coluna, o autor defende que com a difusão das tecnologias e equipamentos da informação em escala global somados à democratização de acesso ao ensino superior, passam a existir “novos contornos para as disputas por inclusão e igualdade”. Afinal, nem todas as pessoas possuem recursos para “cancelarem” opiniões dominantes, divulgando seus pontos de vista para um público grande de desconhecidos, por exemplo. O autor compreende o cancelamento, então, como um “acerto público de contas e um pedido de ajustamento de condutas em relação à

alguma transgressão social que não passou por um controle adequado nos canais tradicionais” (RODRIGUES, 2020, não paginada).

Assim como Rodrigues (2020) entendemos o cancelamento, especificamente neste caso, como uma chamada à responsabilidade: com as mudanças sociais e geracionais apontadas pelo autor, hoje grupos que detinham acesso à expressão irrestrita podem sofrer consequências de suas ações. Mesmo que essas ações se limitem individualmente a, por exemplo, comentários nas redes sociais e reivindicações que podem, inclusive, não alcançar aqueles que estão sendo “cancelados”.

4.3 Frequência dos ataques explícitos e aparição em 1ª pessoa

Nosso livro de códigos mapeou ainda duas aparições ataques e uso da 1ª pessoa nos comentários. O percentual de ataques nos comentários foi de 5,8%. Foram incluídos neste código os conteúdos que continham ofensas explícitas a pessoas, palavrões e adjetivos ofensivos direcionados aos envolvidos na suspensão do livro e aos demais usuários engajados nos comentários. Ao identificar o posicionamento desses comentários para traçar alguma relação, verificamos um equilíbrio entre os lados. Assim, nos comentários analisados não foi possível estabelecer relação entre os ataques e algum grupo de posicionamento. Uma vez que o posicionamento dos ataques foi numericamente equilibrado, com 50% deles com comentários que se posicionam a favor da editora e 50% deles que se não se posicionam a favor dela. Tais como os exemplos abaixo:

- R) *Tenham culhões e aceitem que (supostamente) vcs publicaram uma porcaria...*
- S) *Que bosta ficar banindo livro, coisa mais ridícula*

Já as aparições da 1ª pessoa do singular ou plural nos comentários, ou seja, da inclusão do autor(a) do comentário no seu próprio posicionamento, foi possível identificar em um número baixo de 10 aparições, correspondente a 2,6% do corpus. Dessas menções, 50% utilizam a palavra racismo e 90% dos comentários com essas aparições concordam com o posicionamento da editora. O código contou com

pouca representação, mas pode vir a ser incluído em novos livros de códigos que se detenham com mais fôlego no papel do testemunho, emoções ou das histórias de vida na construção de posicionamentos¹¹.

T) Tem gente satirizando nossas dores ancestrais e ganhando dinheiro com isso, esse mercado eu não alimento.

Conclusões finais

Nossas análises respondem a pergunta “*Quais os sentidos em disputa sobre a suspensão do livro Abecê da Liberdade a partir da repercussão do post da Companhia das Letras no Instagram?*”. Os resultados apontam para uma concorrência entre os termos que racializam o recolhimento da obra infantil, por meio de termos que relacionam a questão racial – como racismo, desigualdade, preconceito ou antirracismo – em face de termos que invisibilizam a questão racial – como erro, equívoco ou falha. Embora os posicionamentos com ambos os termos sejam majoritariamente favoráveis à publicação da Companhia das Letras, os autores(as) de comentários que usaram o termo “erro” e suas variações tiveram uma tendência a fazer comentários mais elogiosos ao posicionamento da editora. Enquanto isso, aquelas pessoas que citaram o termo “racismo” ou suas variações foram mais críticas ao questionar a ausência de pessoas negras na organização e nos processos internos de publicação de livros. Quer dizer, a concordância à publicação da editora não implicou, em parte dos comentários, na falta de problematizações sobre as responsabilidades da Companhia das Letras quanto ao antirracismo anunciado pela empresa. Pelo contrário, ensejou questionamentos sobre pontos diversos, como os critérios de publicação da editora e seus selos, seus cargos de liderança, leque de autores(as) escolhidos ou a composição de equipes diversas.

Nesse caso, identificamos que a relação do recolhimento da obra com as questões raciais propiciaram a responsabilização da editora, por meio de comentários que questionam os processos internos da empresa publicamente. Por

¹¹ Ver mais em Iris Marion Young (2002) e Gabriella Hauber Pimentel (2015).

outro lado, ao vincular o episódio apenas ao termo erro, a relação com a questão racial é deixada de fora. Não é possível ser responsabilizado, ou “cancelado”, se não há uma definição sobre a injustiça ou dano. Portanto, enquanto as questões não forem endereçadas e as tensões não forem confrontadas, muito pouco será feito para que as hierarquias raciais e vieses possam ser reconfigurados. Afinal, a falta de reconhecimento pode levar a repetições sistemáticas (JENKINS, 2019).

As lutas por reconhecimento, portanto, contribuem com o processo agonístico e permanente de descortinar conflitos e tensões que por muito tempo foram invisibilizados ou pouco debatidos. Argumentamos, em outro estudo, que a reivindicação contra abordagens que minimizam o racismo é uma evidência do alcance contínuo das lutas por reconhecimento do povo negro. Essa luta “não começa apenas nos estereótipos raciais, mas faz parte do guarda-chuva maior de empreendimentos de pessoas negras contra processos de desumanização, coisificação e inferiorização” (LOPES, 2021, p. 105). A decisão pelo recolhimento do livro abre ainda mais questões, que não estão em nosso escopo com esta investigação, por exemplo: a suspensão da obra, ao invés de fomentar o debate e possíveis soluções construídas coletivamente, não inviabiliza essas possibilidades?

E por falar em lacunas, é possível elencar alguns limites do presente estudo de caso. Um deles é a codificação apenas com opções binárias; possibilidades maiores de códigos poderiam resultar em relações ainda mais detalhadas sobre os diferentes posicionamentos sobre o caso. Uma segunda limitação é a ferramenta de coleta de dados no Instagram, já que atualmente existem métodos de raspagem de dados específicos a partir de técnicas de programação gratuitas, como Python, mas que demandam conhecimentos técnicos para serem produzidas. O terceiro limite, já apontado, é a parcialidade que existe no Instagram. Embora seja utilizada por milhões de usuários brasileiros, essa quantidade não representa a totalidade da sociedade brasileira. Esta é apenas uma arena possível de observação das interações sociais, complexificada pelas lógicas digitais e seus modos de funcionamento próprios, mas que integra um ecossistema maior de comunicação.

Para a compreensão mais aprofundada do tema, indicamos que a metodologia seja incorporada a novas investigações sobre o tema. Mesmo com essas ressalvas,

a proposta se justifica ao se somar à esteira de estudos que desnudam a questão racial nas plataformas digitais, ao oferecer reflexões sobre o processo contínuo da luta por reconhecimento desse grupo e contribuir com a percepção da linguagem como uma das ferramentas da promoção de dignidade humana a grupos historicamente e socialmente desfavorecidos.

Referências

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Ronaldo F.; JÚNIOR, Jobson da Silva. Blackfishing e a transformação transracial monetizada. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 103-119.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- DOMINGUES, Izabela; HASCEMBERG, Ayrton. Apocalípticos e Integrados à Cultura do Cancelamento: Identificando Algumas Linhas Conceituais Gerai. **Anais 8º Congresso Internacional de Comunicação e Consumo (Comunicon), São Paulo**. Online, não paginado Disponível em <https://httpscomunicon.wpengine.com/wp-content/uploads/2021/11/GT09-Izabela-DOMINGUES_-Ayerton-HASCEMBERG.pdf>. Acesso em 15 abr. 2023.
- FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 1, 2013, pp. 69-108.
- FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSGUÉL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2010.
- FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula (Org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244
- GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. O racial é propriamente comunicacional. In: SOUZA, Pilar Olívia et al (orgs.). **Comunicar, Insurgir: engajamentos metodológicos na pesquisa em Comunicação**. Selo PPGCOM/UFMG, 2020, 400p
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INOCÊNCIO, Luana; REBOUÇAS, Davi. Já que é pra tombar, TOMBEI!: cultura do cancelamento, o tribunal da internet e representação de marcas nos memes do “close errado” de Karol Conká no BBB 21. **Anais VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Mídia e Cotidiano**. Online, v. 25, 2021.
- JENKINS, David. James Baldwin and Recognition. **American Political Thought**, v. 8, n. 1, p. 82-107, 2019.
- LOPES, Deize Ferreira Paiva. **Lutas por reconhecimento, racismo e silenciamento: um estudo de caso de conversações em ambientes digitais**. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2021.

MBEMBE, Achille. **A Crítica da Razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PORTO, Nathália França Figuerêdo. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. **Dados**, v. 60, n. 1, p. 145-172, 2017.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019

RODRIGUES, Cristiano. Pode o cancelado cancelar? **Gama Revista**, Online, não paginado. 11 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar>>. Acesso em 12 mar. 2023.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **Conversação Política, Incivilidade e Intolerância em Ambientes Digitais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Chilani Torquato Gonçalves de. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. **Estudos em Comunicação/Communication Studies**, n. 9, p. 161-183, 2011.

SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRua, 2020.

VIMIEIRO, Ana Carolina; BARGAS, Janine de Kássia Rocha. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. **Revista Famecos**, v. 26, n. 2, p. 1- 24, 2019.